



## O TRABALHO DO COORDENADOR ESCOLAR NA GESTÃO DO PROJETO-POLÍTICO PEDAGÓGICO<sup>1</sup>

Ângela Maria Andrade Vale<sup>2</sup>  
Márcio Jocerlan de Souza<sup>3</sup>

### RESUMO

O presente artigo resulta de um estudo bibliográfico e tem como objetivos, discutir o trabalho do coordenador escolar na gestão do projeto político-pedagógico, e refletir sobre a construção do seu campo de atuação, considerando aspectos históricos, educacionais e a relação com a família no âmbito do seu trabalho. O estudo foi iniciado nos encontros de estudos do Projeto de Ensino *A atuação da Coordenação Pedagógica no contexto da escola – teorizando e contextualizando* e aprofundado com a leitura das produções de Franco (2016), Placco (2010), (Veiga, 1991), Vasconcelos (2006), Domingues (2009), Freitas (1991), dentre outros, na busca de responder nossa questão de pesquisa: como se apresenta o trabalho do coordenador escolar na gestão do projeto político-pedagógico? Realizado o estudo dos textos e as análises, concluiu-se que o trabalho do coordenador pedagógico é fundamental à articulação didático-pedagógica da escola expressa no projeto político-pedagógico (PPP). De igual maneira, sua atuação na gestão do PPP, no processo de formação continuada dos professores, assim como junto aos estudantes e famílias, é relevante por aproximar todos da importante tarefa de construir uma escola de qualidade social, politicamente comprometida com a democracia e com a melhoria de vida das pessoas. É fundamental que o coordenador compreenda suas funções e a dinamicidade que são próprias do campo de sua atuação profissional.

**Palavras-chave:** Coordenador Escolar, Projeto Político-Pedagógico, Escola, Processo Didático-Pedagógico.

### INTRODUÇÃO

O espaço de atuação do coordenador pedagógico pode ser compreendido como um espaço de inovação e em constante movimento. A função desenvolvida por este profissional, frequentemente, necessita se ajustar às demandas do sistema social e educacional, considerando

---

<sup>1</sup> Trabalho produzido a partir das discussões e reflexões desenvolvidas no Projeto de Ensino *A atuação da Coordenação Pedagógica no contexto da escola – teorizando e contextualizando*, do Departamento de Educação, Campus Avançado Assú da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), no período 2023-2024.

<sup>2</sup> Graduada no Curso de Pedagogia, Departamento de Educação, Campus Avançado Assú da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: [angelavale710@gmail.com](mailto:angelavale710@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutorando em Educação Profissional IFRN, Mestre em Educação, Professor do Departamento de Educação, Campus de Assú/RN, Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. E-mail: [marcio.uern@yahoo.com.br](mailto:marcio.uern@yahoo.com.br)



o contexto local no qual a instituição está localizada, inclusive, em relação à cultura e à política daquele espaço.

Inicialmente chamado de Coordenador distrital, o cargo de coordenador pedagógico teve, ampliadas suas funções no decorrer do tempo histórico, tornando-se um cargo que faz a ligação entre diversos setores/funções escolares e do próprio sistema/rede de ensino. Dessa maneira, compreende-se que é necessário falar e estudar sobre esse campo de atuação que é a coordenação pedagógica aprofundar conhecimentos sobre os processos de reformulações que definiram e ainda redefine as funções desse cargo em razão da dinamicidade da relação entre a escola e a sociedade.

Nesse sentido, é importante discutir-refletir sobre o trabalho do coordenador escolar na gestão do projeto político-pedagógico e as diversas funções do cargo que se modifica e se amplia com o tempo histórico e contexto social, sendo um cargo de múltiplas concepções e desenvolver a reflexão do cargo da coordenação considerando aspectos históricos, educacionais e a relação que a escola se faz com a família por meio da mediação do coordenador.

O presente artigo, organiza-se em três partes. O primeiro, intitulado *O campo de atuação da coordenação pedagógica: breves apontamentos históricos*, aborda as transformações nas escolas e as necessidades que foram surgindo ao longo do tempo histórico-social, demonstrando a invisibilidade e a falta de reconhecimento do cargo no sistema educacional, bem como, analisa as diferentes concepções (a concepção administrativa, social e a de supervisionar), que foram surgindo sobre a atuação do coordenador pedagógico; o segundo, intitulado *O trabalho do coordenador na organização dos processos didáticos-pedagógicos da escola*, aborda a organização e a relação do coordenador com os professores na formação continuada, discutindo sobre a função de orientador nos processos didático-pedagógicos, como própria do coordenador; no terceiro item, *A atuação do coordenador pedagógico no desenvolvimento do PPP e na relação com a família*, discute-se a importância do coordenador na construção do Projeto Político-Pedagógico e na relação com as famílias, de modo que a sua atuação prática seja uma atuação que promove a democracia, considerando a reflexão crítica sobre as suas diversas funções; no último item, apresentamos nossas considerações finais, ponderando sobre o trabalho do coordenador pedagógico, como um conjunto de atividades que converge com diversos âmbitos da educação e da sociedade.

## METODOLOGIA

Em relação à abordagem, esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa. De acordo com Fonseca (2002) a abordagem qualitativa “se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e dinâmica das relações-sociais” (FONSECA, 2002, p. 20).

Em outros termos, compreender é o verbo principal de uma análise qualitativa, ou seja, praticar a capacidade de pensar e colocarmos na posição do outro, pois como sujeitos sociais, temos capacidades de exercitar este entendimento (MINAYO, 2012). Ainda segundo Minayo (2001), a pesquisa qualitativa lida com o universo de aspirações, crenças, significados, atitudes, motivos e valores, alinhando-se a um espaço mais profundo das relações, dos fenômenos e dos processos que não podem ser minimizados à operacionalização de variáveis.

Portanto, ao realizarmos esta pesquisa em uma abordagem qualitativa, buscamos focar em perspectivas da realidade social, procurando inteligibilidade acerca do trabalho da coordenação escolar na gestão do projeto político pedagógico. Temos convicção de que professores e alunos vivenciam situações concretas durante as aulas e, é por isso que, baseados em Minayo (2012), procuramos analisar esse processo para, conseqüentemente, alcançarmos as respostas necessárias para a efetivação da pesquisa e compreensão dessa realidade social em nosso país.

Segundo Gerhardt e Silveira (2009), para a realização de uma pesquisa, faz-se necessário escolher o seu método, na qual segundo suas características, podemos selecionar diversas modalidades de pesquisa. Baseado nisso, enquanto ao procedimento consubstanciado neste trabalho, classifica-se como pesquisa bibliográfica. De acordo com Fonseca (2002) “qualquer trabalho científico inicia-se com a pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já estudou sobre o assunto. Existem porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica” (FONSECA, 2002, p. 32).

Para Marconi e Lakatos (2003) “A pesquisa bibliográfica, ou de fontes secundárias, abrange toda bibliografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183). As autoras ainda declaram que “[...] a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 183).

Segundo Severino (2007), a pesquisa bibliográfica realiza-se pelo:



[...] registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc. Utilizam-se dados de categorias teóricas já trabalhadas por outros pesquisadores e devidamente registrados. Os textos tornam-se fontes dos temas a serem pesquisados. O pesquisador trabalha a partir de contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos (SEVERINO, 2007, p. 122).

Em síntese, trata-se de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo. Este tipo de instrumento de coleta de dados, ou seja, a pesquisa bibliográfica, por ser fundamentada em fontes bibliográficas permite-nos colher informações seguras a partir de publicações em meios eletrônicos.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

O papel da escola, como espaço-tempo formativo, expandiu-se desde o século XIX, atendendo demandas sociais e institucionais, dada a complexificação da sociedade moderna. A identidade profissional do educador baseia-se em aspectos políticos, culturais e sociais. A escola é essencial para a socialização democrática do conhecimento, promovendo a equidade e a autonomia de pensamento. Esse espaço educativo, que administra a instituição como um todo, lida com situações cruciais para garantir o direito da criança ao aprendizado e desenvolvimento. Nesse processo, a atuação do coordenador pedagógico é fundamental e decisiva.

A função/cargo do coordenador pedagógico, responsável pela ligação entre diversos setores da escola, consolidou-se ao longo dos séculos. À medida que a escola era demandada a responder aos problemas da sociedade moderna, o cargo se constituiu como uma necessidade. Sua identidade tornou-se complexa, exigindo características educativas, sociais, culturais e administrativas, com o intuito de auxiliar no planejamento e servir de apoio entre famílias e gestão.

A falta do reconhecimento profissional e pessoal sobre a pessoa que exerce essa função/cargo, contribui para a invisibilidade do coordenador pedagógico. Invisibilidade está posta desde a gênese dessa função escolar, que tem seus primórdios no Brasil, em 1961 no Estado da Guanabara, quando essa função foi chamada inicialmente por coordenador distrital. Somente em 1971, durante o período de regime militar, o cargo de coordenador pedagógico foi firmado nas escolas, exercendo a função, inicialmente como supervisão educacional. No entanto, devido ao contexto histórico da época e as reformulações no sistema de ensino, surgiram várias discussões e debates sobre esta função/cargo. Essas discussões tinham como finalidade a reformulação do serviço que esta função/cargo deveria realizar na instituição



escolar. Nesse sentido afirma Franco, em sua obra “A coordenação do trabalho pedagógico na escola”:

As dissonâncias e as contradições que os coordenadores encontram entre as requisições dos afazeres da prática e as precárias possibilidades de suas realizações. São dissonâncias entre o papel profissional e as urgências das soluções cotidianas de problemas; as angústias entre querer transformar o ambiente de trabalho e as resistências decorrentes da falta de condições para tal; enfim, entre o querer fazer e o não saber como fazer (FRANCO, 2016, p.17-18).

Mudanças na educação escolar, e por conseguinte, no ensino foram surgindo de acordo com as necessidades apresentadas pela sociedade brasileira. Com isso, a função/cargo de coordenador pedagógico adquiriu diferentes concepções quanto à sua identidade profissional e o seu trabalho. Ao longo da história da educação, essa função/cargo se modificou de acordo com a demanda da realidade de cada período histórico, sendo denominado por diversas concepções.

A concepção administrativa vê o cargo como um serviço burocrático, focado em reuniões e decisões institucionais. O coordenador organiza documentos para alinhar as demandas do sistema educacional com as da escola, como a organização do Projeto Político-Pedagógico (PPP).

Assim, a concepção mais disseminada é a do coordenador como profissional de supervisão do planejamento e da sala de aula. A partir da década de 1980, o cargo passou a ser reconhecido como apoio e mediação entre professores, família e demandas institucionais. Essa nova visão atribuiu ao coordenador/orientador as funções pedagógicas de relacionar as necessidades das famílias às exigências curriculares, por meio da orientação do planejamento de ensino e escolar.

Assim, a função do coordenador pedagógico é além de coordenar, mas de mediar e na singularidade de cada profissional docente, ampliar e garantir os direitos dos alunos(as), de aprendizagem, como também garantir o direito do professor, de modo em que traga à prática de sala de aula um ambiente de harmonização, de forma sublime, o qual a prática do professor é constantemente supervisionado pelo coordenador.

## 2.1 O TRABALHO DO COORDENADOR NA ORGANIZAÇÃO DOS PROCESSOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS DA ESCOLA

O trabalho do coordenador pedagógico constrói uma ponte entre a organização escolar, o projeto formativo, o currículo, os sistemas de ensino e o trabalho docente. É crucial que o



coordenador seja reconhecedor e problematizador de sua própria prática, refletindo sobre experiências para aprimorar sua coordenação. Para Placco (2010):

O cotidiano do coordenador pedagógico ou pedagógico educacional é marcado por experiências e eventos que o levam, com frequência, a uma atuação desordenada, ansiosa, imediatista e reacional, às vezes até frenética. [...] Refletir sobre esse cotidiano, questioná-lo e equacioná-lo podem ser importantes movimentos para que o coordenador pedagógico o transforme e faça avançar sua ação e a dos demais educadores da escola (PLACCO, 2010, p. 47).

O coordenador desenvolve um trabalho diversificado e crítico na escola, atuando em dimensões sociais, políticas e culturais. Ele reflete sobre o currículo (incluindo questões multiculturais) para expandir as orientações coordenadas aos docentes e à gestão, seja em reuniões ou em planejamentos. Na dimensão organizacional, a coordenação atua coletivamente com a gestão, realizando oficinas e projetos. O coordenador aproxima o currículo escolar do docente e, conseqüentemente, do discente, facilitando o conhecimento e incentivando o aluno a ser protagonista do próprio aprendizado.

O profissional que atua como coordenador, orientador ou supervisor não se restringe apenas à supervisão da prática do professor (em sala de aula e em planejamentos semanais). A coordenação exige um trabalho polivalente, que abrange desde a orientação pedagógica pela observação até a organização dos processos didático-pedagógicos da escola, como afirma Freire (1979):

Quando o homem compreende a sua realidade, pode levantar hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procurar soluções. Assim, pode transformá-la e o seu trabalho pode criar um mundo próprio, seu Eu e as suas circunstâncias (FREIRE, 1979, p. 30).

A formação continuada pode ocorrer por meio de diversas estratégias metodológicas, como grupos de estudos, cursos, palestras, seminários e reuniões pedagógicas. Esses momentos aprofundam conhecimentos e reflexões, auxiliando no acompanhamento do trabalho docente. Domingues (2009) reforça que o coordenador assume a formação do docente, transitando entre o acompanhamento didático-pedagógico e a coordenação de ações para o desenvolvimento profissional dos professores.

Entretanto, ainda que desenvolvam atividades para auxiliar e reconhecer o profissional docente, é perceptível que, de acordo com a autora, a pessoa que exerce o cargo de coordenador se torna uma presença indesejada pelos professores em suas salas de aula. O que seria um momento de observação de sala de aula, de auxílio ao professor, de supervisão de atividades, realizado pelo apoio pedagógico, na visão do profissional docente, se torna um momento





desagradável, no qual, se sentem vigiados, como se o coordenador estivesse em sua sala de aula para desenvolver críticas sobre a sua prática e vigiar o seu comportamento enquanto docente. Entretanto, como afirma Alonso, o trabalho do coordenador:

[...] vai muito além de um trabalho meramente técnico-pedagógico, como é entendido com frequência, uma vez que implica uma ação planejada e organizada a partir de objetivos muito claros, assumidos por todo o pessoal escolar, com vistas ao fortalecimento do grupo e ao seu posicionamento responsável frente ao trabalho educativo (ALONSO, 2003, p. 175).

Apesar da polivalência, nem todo trabalho é inteiramente do coordenador. A função administrativa, por exemplo, é principalmente da gestão, embora ele possa participar de reuniões e decisões. Outras atividades que não são centrais incluem finanças, avaliação detalhada de alunos e o serviço de marketing. O coordenador pode contribuir com informações pedagógicas para a divulgação da escola, mas essa não deve ser sua atividade principal, visto que o trabalho de divulgação deve ser decorrente de um trabalho pedagógico articulado. Como afirma Domingues:

A atuação da coordenação pedagógica, assim, passa a ser entendida não mais como uma atividade meramente burocrática, mas uma prática intelectual que se modifica em função do tempo histórico, das mudanças sociais e políticas e das experiências vivenciadas pelos educadores no contexto educativo (DOMINGUES, 2009, p. 26).

Segundo Franco (2016, p.20), “para a organização deste espaço profissional na escola, os coordenadores precisam estar conscientes de seu papel, construindo, cotidianamente, suas possibilidades pessoais e profissionais”. A organização de ensino acontece de forma tranquila e prazerosa quando o profissional se encontra naquilo em que está executando, tendo o devido reconhecimento de suas funções e práticas enquanto pedagogo, funções essas que são os processos de ensino e aprendizagem, em que o coordenador atua na melhoria desses processos, apoiando os professores na elaboração de estratégias pedagógicas pertinentes, como também no desenvolvimento de uma melhor organização escolar, na qual desenha e implementa ações para otimizar o funcionamento da instituição.

## 2.2 A ATUAÇÃO DO COORDENADOR PEDAGÓGICO NO DESENVOLVIMENTO DO PPP E NA RELAÇÃO COM A FAMÍLIA

O projeto político pedagógico (PPP), é elaborado com o intuito de organizar o contexto escolar e também, social. É responsável por servir de base para mediar e organizar o trabalho pedagógico que será direcionado durante o ano letivo, alinhando os princípios da sociedade, da



cultura junto com os princípios da instituição de ensino. Quanto a esse aspecto dos princípios, Veiga (1991) reforça que:

A importância desses princípios está em garantir sua operacionalização nas estruturas escolares, pois uma coisa é estar no papel, na legislação, na proposta, no currículo, e outra é estar ocorrendo na dinâmica interna da escola, no real, no concreto (VEIGA, 1991, p. 82).

Garantir essa operacionalização significa trazer a teoria do PPP para a realidade escolar e o cotidiano prático. Conforme Saviani (1983, p. 93), "a dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica". O coordenador tem participação ativa na construção, organização e coordenação do PPP, orientando professores para garantir a execução prática do documento.

Por meio da práxis (relação entre teoria e prática), o coordenador promove o trabalho efetivo e coletivo, garantindo a participação da comunidade escolar na definição de metas e práticas. A construção do PPP, organizada e orientada pelo coordenador, deve refletir a identidade escolar, social e cultural da comunidade educativa e atender ao princípio da laicidade, evitando privilegiar ou selecionar credos religiosos. Sua função, portanto, é mediar, por meio de orientações individuais ou coletivas, a aproximação entre a teoria do PPP e a prática docente. Nesse sentido, afirma Saviani (1982):

Portanto, só é possível considerar o processo educativo em seu conjunto sob a condição de se distinguir a democracia como possibilidade no ponto de partida e democracia como realidade no ponto de chegada". (SAVIANI, 1982, p. 63).

A mediação do coordenador na construção do PPP visa promover a democracia nas instituições educacionais, sendo desenvolvida coletivamente. O coordenador, em parceria com o gestor, deve compartilhar o documento não apenas com professores, mas com a comunidade escolar, incluindo pais e responsáveis. Veiga (2002) afirma que:

A gestão democrática implica principalmente o repensar da estrutura de poder da escola, tendo em vista sua socialização. A socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, que atenua o individualismo; da reciprocidade, que elimina a exploração; da solidariedade, que supera a opressão; da autonomia, que anula a dependência de órgãos intermediários que elaboram políticas educacionais das quais a escola é mera executora. (VEIGA, 2002, p. 03).

É no (re)pensar, refletir sobre a prática e estrutura de poder nas escolas que se quebram as barreiras de um sistema celetista e opressor, tornando um ensino que além de garantir a permanência dos alunos, vai promover um ensino equitativo. Dessa maneira, o coordenador





não está no espaço escolar tão somente para auxiliar na construção do projeto, mas também para compartilhar informações contidas no documento, com as famílias e através de sua prática com alunos. Nesse sentido, afirma Marques (1990, p. 21):

A participação ampla assegura a transparência das decisões, fortalece as pressões para que sejam elas legítimas, garante o controle sobre os acordos estabelecidos e, sobretudo, contribui para que sejam contempladas questões que de outra forma não entrariam em cogitação (MARQUES, 1990, p.21).

O compartilhamento do projeto político-pedagógico com todos aqueles que compõem a comunidade escolar torna aqueles que são fundamentais para a identidade da instituição de ensino, conhecedores do espaço em que frequentam. Adquirindo a prática escolar um método mais democrático no qual possibilita que todos tenham acesso ao conhecimento geral sobre as demandas da escola. Nesta perspectiva de um novo método de desenvolvimento da escola, quanto ao PPP, Freitas afirma:

As novas formas têm que ser pensadas em um contexto de luta, de correlações de força – às vezes favoráveis, às vezes desfavoráveis. Terão que nascer no próprio "chão da escola", com apoio dos professores e pesquisadores. Não poderão ser inventadas por alguém, longe da escola e da luta da escola (Grifos do autor) (FREITAS 1991, p. 23).

As mudanças que ocorrem no contexto social e no próprio sistema de ensino tornam necessário que o projeto político-pedagógico, passe por reformulações em que seja atualizado as informações contidas no documento a cada período, de acordo com a definição de cada escola. Nesse sentido, é importante que o coordenador em parceria com a gestão realize estudos, a cada final de ano letivo, sobre o resultado da prática do documento, se o que estava redigido pelo projeto político-pedagógico aconteceu na prática da escola. Nesse sentido, afirma Freire:

É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática. O próprio discurso teórico, necessário à reflexão crítica, tem de ser de tal modo concreto que quase se confunda com a prática (FREIRE, 1996, p.40).

É por meio do pensamento crítico que a atuação do coordenador exerce a função de organizar o projeto político-pedagógico, de acordo com a realidade e necessidades dos espaços escolares. Por meio dos estudos e sistematização de dados e informações realizados pelo trabalho do coordenador acerca da organização do projeto político-pedagógico é compreendido a importância do serviço do coordenador com a família dos alunos para que essas famílias sejam conhecedores da instituição escolar, tendo em vista que, a partir da mediação e orientação do coordenador com as famílias possibilita uma relação de parceria entre escola e família, tornando



assim, o processo de ensino-aprendizagem mais prazeroso e tranquilo para o educando. Vasconcelos afirma:

É importante lembrar que, antes de mais nada, a coordenação é exercida por um educador, e como tal deve estar no combate a tudo aquilo que desumaniza a escola: a reprodução da ideologia dominante, o autoritarismo, o conhecimento desvinculado da realidade, a evasão, a lógica classificatória e excludente [...], a discriminação social na e através da escola (VASCONCELOS, 2006, p. 87).

A atuação do coordenador pedagógico é de um educador, de um profissional que se formou em um curso de licenciatura, no qual se tem o compromisso social, cultural e político com a comunidade escolar, em que se deve estudar e implementar métodos que promova em suas estratégias o multiculturalismo, obtendo uma formação contínua. Em sua prática, enquanto mediador, orientador e articulador entre as famílias, deve buscar atender as demandas do sistema educacional e da realidade dos municípios. Dessa forma, à medida que a sociedade se transforma, é necessário que se faça uma autoavaliação e reconhecimento sobre a sua prática.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados e das reflexões construídas ao longo deste trabalho revela que o papel do coordenador pedagógico ultrapassa amplamente o senso comum de um profissional dedicado apenas a funções burocráticas. A coordenação pedagógica configura-se como um espaço de mediação e de diálogo constante entre os diversos agentes que compõem o ambiente escolar — gestores, professores, estudantes e comunidade. Essa multiplicidade de papéis confere ao coordenador uma posição estratégica na consolidação de práticas educativas democráticas e no fortalecimento da identidade institucional.

Observa-se que a função do coordenador está em constante transformação, acompanhando as mudanças políticas, sociais e pedagógicas que perpassam a escola contemporânea. Nesse sentido, o coordenador atua como um agente articulador, responsável por integrar as dimensões administrativa, técnica e pedagógica, promovendo uma gestão compartilhada e participativa. Essa atuação exige um olhar crítico sobre o cotidiano escolar, de modo a compreender as demandas emergentes e construir respostas coletivas e contextualizadas.

A discussão também evidencia que a falta de reconhecimento do trabalho do coordenador pedagógico impacta diretamente na eficácia de suas ações. A sobrecarga de responsabilidades e a ausência de apoio institucional podem gerar sentimentos de isolamento e



desvalorização profissional. Portanto, é indispensável que os sistemas de ensino implementem políticas de valorização e formação continuada, que permitam a esses profissionais aprimorar suas competências e exercer suas funções com autonomia e segurança.

Outro ponto relevante identificado é o papel do coordenador como gestor do **Projeto Político-Pedagógico (PPP)**, documento que expressa a identidade e os princípios da instituição. Ao assumir a organização e atualização do PPP, o coordenador reafirma seu compromisso com a coerência entre o discurso e a prática pedagógica, articulando as demandas internas da escola com as políticas públicas de educação. Assim, o PPP torna-se um instrumento de reflexão e ação coletiva, possibilitando que a escola atue de forma autônoma, crítica e comprometida com a formação integral dos estudantes.

Em síntese, a análise demonstra que o trabalho da coordenação pedagógica é essencial para o fortalecimento do processo educativo e para a promoção de uma cultura escolar pautada no diálogo, na cooperação e na corresponsabilidade. A atuação do coordenador, quando reconhecida e apoiada, potencializa a construção de uma escola mais democrática, inclusiva e comprometida com a transformação social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho da coordenação pedagógica nas instituições escolares não se restringe à visão tradicional (aquela focada unicamente no cumprimento de tarefas burocráticas e rotineiras). Pelo contrário, a coordenação abrange múltiplas funções, situando-se nos campos administrativo, social e da supervisão pedagógica. O seu campo de atuação é mutável, renovando-se diariamente conforme as demandas e exigências dos espaços escolares.

A função do coordenador pedagógico se constitui por um conjunto de atividades interligadas. Devido à dificuldade histórica em reconhecer o coordenador como um participante ativo na comunidade escolar (desde o século XIX), torna-se crucial que sua atuação seja política, técnica e pedagógica. É ele quem articula as diversas instâncias da gestão, concernentes à formação dos estudantes e à orientação dos professores.

A falta de reconhecimento profissional pode gerar um sentimento de solidão e desvalorização para quem exerce o cargo, já que se responsabilizam por diversos âmbitos da educação sem o apoio merecido. O trabalho do coordenador em promover apoio a professores, famílias e gestão, precisa ser recíproco, exigindo apoio do sistema de ensino e dos seus pares. Seu papel é fundamental na construção e consolidação da autonomia didático-pedagógica da escola.



É vital que o coordenador tenha consciência de suas funções, as quais se reformulam conforme o tempo histórico e as necessidades do sistema educacional. Parte essencial dessas reformulações é a gestão do Projeto Político-Pedagógico (PPP). O coordenador organiza o PPP para articular as demandas escolares com as do sistema, garantindo que o documento reflita a identidade escolar, social e cultural da comunidade.

## REFERÊNCIAS

ALONSO, M. A supervisão e o desenvolvimento profissional do professor. In: FERREIRA, N. C. (org.). **Supervisão educacional para uma escola de qualidade**. 4 Ed. São Paulo: Cortez, 2003. p.167-182.

DOMINGUES, Isaneide. **O coordenador pedagógico e o desafio da formação contínua do docente na escola**. 1. Ed. São Paulo, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. c. 30 Ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. 12 Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

FREITAS Luiz Carlos. Organização do trabalho pedagógico. **Palestra proferida no VII Seminário Internacional de Alfabetização e Educação**. Novo Hamburgo, agosto de 1991 (mimeo).

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. Métodos de Pesquisa. Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 5. Ed. São Paulo: ATLAS S.A. – 2003

MARQUES, Mário Osório. Projeto pedagógico: A marca da escola. In: **Revista Educação e Contexto**. Projeto pedagógico e identidade da escola no 18. Ijuí, Unijuí, abr./jun. 1990.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

PAIVA, J. M. de. **Religiosidade e cultura brasileira: séculos XVI-XVII** Maringá: Eduem, 2012. Disponível em <http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/>. Acesso em 22/03/2024.

PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. **O coordenador pedagógico e o cotidiano da escola**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Coordenação do trabalho pedagógico: do projeto político-pedagógico ao cotidiano da sala de aula**. São Paulo: Libertad, 2006.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 14 Ed. Campinas/SP: Papirus, 2002.

VEIGA, Ilma P.A. **Escola fundamental: Currículo e ensino**. Campinas, Papirus, 1991